

Memória, história e identidade:

o caso da

“escola uspiana
de história”

Muse Inquietanti. Giorgio de Chirico. 1924, fotografia (detalhe).



Diego José Fernandes Freire

Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor substituto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte. Autor do livro *Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)*. João Pessoa: Ideia, 2015. diego5739@gmail.com

Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”¹

Memory, history and identity: the case of “escola uspiana de história”

Diego José Fernandes Freire

RESUMO

Este artigo discute o texto “A escola uspiana de história”, de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini, publicado em 1994 na revista *Estudos Avançados*, a partir de uma articulação entre memória e identidade. Objetiva-se analisar a maneira como essas três historiadoras uspianas enunciaram uma identidade historiográfica em profunda ligação com uma memória disciplinar e institucional vinculada à Universidade de São Paulo, em especial à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dividido em três grandes momentos, o trabalho relaciona ainda tal enunciação identitária com a historiografia brasileira das últimas décadas do século passado. Como uma identidade historiográfica uspiana foi produzida, escrita e enunciada? Eis a questão orientadora do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: memória; identidade; historiografia brasileira.

ABSTRACT

This article approaches the text “A escola uspiana de história”, by Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer and Vera Lucia Amaral Ferlini, published in 1994 in the journal *Estudos Avançados*, based on the connection between memory and identity. I intend to discuss the way those three historians from USP have enunciated a historiographic identity in a strong connection with a disciplinary and institutional memory tied to São Paulo University, specially the Faculty of philosophy, Letters and human sciences. Divided into three great moments, the article also relates this enunciation of identity to the brazilian historiography in the latest decades of last century. How a historiographic identity from USP was produced, written and enunciated? That’s the issue of the following text.

KEYWORDS: Memory; identity; brazilian historiography.



Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade.

Joel Candau²

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho de conclusão da disciplina Cultura e Representação, ministrada pelo Prof. Dr. Alessandro Kerber, no âmbito do PPGH da UFRS no primeiro semestre de 2018. O texto foi ainda debatido no grupo de pesquisa do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, docente da mesma instituição. A todos aqueles e aquelas que contribuíram com esta versão final (inclusive a Capes) manifesto meu agradecimento.

² CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 15.

No dia 29 de setembro de 2017, a edição *on-line* do jornal da Universidade de São Paulo (USP) publicou em seu *site* um polêmico artigo intitulado “A História Econômica na USP”. Assinado por três professores da casa, o texto critica frontalmente os critérios avaliativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação pública ligada ao Ministério da Educação e Cultura do Brasil, criada em 1951 e, desde 1976, responsável por avaliar todos os cursos de pós-graduação

do país (PPG). Em 2017, o PPG em História Econômica da USP recebeu as notas 2 e 3, para os cursos de mestrado e de doutorado, respectivamente, numa escala que varia de 1 a 7. Diante dessa avaliação “fraca e irregular”, conforme as categorias da Capes, a recomendação oficial da fundação foi pelo seu descredenciamento, cabendo, entretanto, recurso. De toda forma, o texto *on-line* indica que o repúdio à posição assumida pela Capes se fez antes mesmo da formalização de um recurso.

Para além do universo da USP, a má avaliação repercutiu em outros meios de comunicação. O tradicional jornal paulista *Folha de S. Paulo*, em 12 de outubro de 2017, acolheu em seu *site* uma reportagem com a seguinte manchete, em negrito: “Curso de pós em História Econômica da USP tem nota baixa e pode fechar”.³ O *Globo*, jornal carioca, também deu visibilidade ao assunto, conforme evidencia uma matéria de outubro de 2017, estampada em seu *site* sob o chamativo título “Professores da USP criticam método de avaliação da Capes”.⁴ Em face da ressonância do assunto, julgamos que se faz necessário dispensar uma atenção mais detida ao texto “A História Econômica na USP”, tanto por ele representar a visão de atores diretamente envolvidos como por haver sido o fator deflagrador da celeuma.

Everaldo Andrade, Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto, professores que não só lecionam na USP como também realizaram suas etapas de formação (graduação, mestrado e doutorado) em tal instituição de ensino, assim protestaram quanto ao tratamento dado ao PPG em que trabalham:

*A avaliação meramente quantitativa não reflete a qualidade de nossos cursos. Quem em sã consciência diria que a História Econômica, na principal Universidade do País, é a pior entre todos os programas avaliados? O corpo docente é reconhecido pela excelência de suas pesquisas, publicações em revistas acadêmicas nacionais e internacionais, livros premiados, reeditados e traduzidos no exterior. Além disso, tem enorme incidência no debate público. Quem pode mensurar esse complexo, no qual pesquisa, ensino e extensão compõem o DNA da atividade uspiana?*⁵

Como se vê, este fragmento textual – que recebeu destaque no *site*, inserido na *homepage* entre aspas e em letras azuis – procura confrontar a avaliação da Capes ao expor uma série de qualidades e características que seriam próprias do PPG em História Econômica da USP, e que o colocariam em posição de reconhecimento nacional e internacional. O elenco de virtudes apresentadas e reivindicadas seria igualmente a marca de uma singularidade, traços únicos e distintivos de uma chamada “atividade uspiana”. O que seria essa “atividade uspiana”? E qual seria o seu DNA?

O texto-manifesto dos historiadores da USP ancora-se não só no repúdio ao que os seus autores entendem como “quantitativismo da Capes”, fruto de um “Estado empresarial guiado pelas metas de eficiência privada incompatíveis com a pesquisa científica”⁶, mas, além disso, em uma pretensa identidade típica da USP, mais precisamente do Departamento de História (DHIS) e do PPG de História Econômica. Afinal, “a USP já formava doutores na área. Isso desde 1942, quando reconheceu os títulos de Eurípedes Simões de Paula e Alice Piffer Canabrava. Nossos antigos docentes, na esteira de Fernand Braudel, professor da Cátedra de História das Civilizações, e de Caio Prado Junior, aluno da primeira turma de História e Geografia, inauguraram uma tradição que se desdobrou num programa vocacionado ao estudo da História”.⁷

³ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1926428-curso-de-pos-em-historia-economica-da-usp-tem-nota-baixa-e-pode-fechar.shtml>>. Acesso em 15 out. 2017.

⁴ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-e-vestibular/professores-da-usp-criticam-metodo-de-avaliacao-da-capes-21904974#ixzz4uyKWxcl1>>. Acesso em 15 out. 2017.

⁵ Disponível em <<http://jornal.usp.br/artigos/a-historia-economica-na-usp/>>. Acesso em 8 out. 2017.

⁶ *Idem*.

⁷ *Idem*.

⁸O historiador Carlos Fico, na época coordenador da área de História na Capes, respondeu aos argumentos dos professores da USP ignorando o passado desta instituição, fazendo questão de ratificar os procedimentos objetivos e racionais da avaliação adotada. Ver <<https://www.youtube.com/watch?v=6AanRxgTHVg>>. Acesso em 17 jan. 2019.

⁹No sentido de bens imateriais, o capital simbólico refere-se à capacidade dos indivíduos, grupos e instituições de possuírem certas propriedades distintivas, as quais lhe conferem um prestígio e uma boa reputação social em espaços específicos. Ver BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, e *idem*, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

¹⁰ Ver GRENDI, Eduardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

¹¹ Ver CANDAU, Joel, *op. cit.*, p. 183.

¹² *Idem*, *ibidem*, p. 106.

Nesses termos, a memória do passado disciplinar do DHIS da USP foi acionada para conferir tradição e autoridade ao espaço institucional avaliado negativamente pela Capes. Como atribuir notas baixas a um programa de pesquisa histórica que já contou em suas fileiras historiadores internacionais como Fernand Braudel? O passado evocado aqui vem justamente para tensionar o presente, afirmando a historicidade e, sobretudo, a identidade específica do PPG em História Econômica.

O fato de tal memória ser reivindicada em um contexto de tensão entre duas instituições de alta expressão atesta contundentemente sua força. Se a Capes legitima sua autoridade legal a partir do presente e do futuro (ela, como se sabe, tem em suas mãos o poder de decidir se esse ou aquele PPG permanece ou não credenciado), o PPG em História Econômica da USP usa a memória do seu passado para se afirmar como merecedor de uma consideração especial.⁸ A memória, então, torna-se um instrumento de luta, “capital simbólico”⁹ que reveste seus portadores de triunfos diferenciadores. No “mercado historiográfico”, expressão cara ao historiador italiano Eduardo Grendi, utilizada para pensar as relações entre historiografia, ciência e sociedade¹⁰, o passado disciplinar do DHIS da USP lhe assegura um *status* particular e elevado que o credencia a questionar todo e qualquer princípio avaliativo vindo de instituições externas como a Capes. De certo modo, é como se a tradição da USP blindasse o DHIS de todo e qualquer juízo negativo que pudesse macular sua honra e prestígio intelectuais.

Pode-se apontar ainda que Everaldo Andrade, Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto mobilizaram aquilo que o antropólogo francês Joel Candau denominou de “memória forte”, isto é, uma memória organizadora de um conjunto de experiências pretéritas de um dado grupo, capaz de fornecer a este um senso de unidade, de pertencimento, de tradição, em uma palavra, identidade.¹¹ Forte aliada desta, a memória entra em cena para justificar um suposto “nós”, desenhando no presente um conjunto cujos traços já apareceriam no passado. A polêmica retratada até aqui pavimenta o caminho deste artigo, cujo interesse maior consiste em discutir um pretenso *ethos* uspiano dos historiadores e historiadoras da USP.

Em vez de confirmar ou negar esse “DNA uspiano”, almeja-se problematizá-lo, com base na relação entre memória e identidade tal qual sugerida por Joel Candau, sublinhando a retroalimentação entre esses dois termos na enunciação de um “ser uspiano”. Nessa perspectiva, esses conceitos também são entendidos a partir de

Uma abordagem discursiva que vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e cabo, condicional; ela está, ao fim e cabo, alojada na contingência.¹²

Termos dinâmicos, memória e identidade possuem seus fluxos e devires, sendo mobilizados socialmente por todo grupo ou instituição minimamente organizados. Nesse sentido, na sequência utilizaremos como principal fonte de análise um artigo publicado em 1994 por três



profissionais ligadas umbilicalmente à USP e que, de maneira sintomática, se intitula “A escola uspiana de história”, de autoria de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini.¹³ A escolha deste texto justifica-se não apenas por causa da historicização (memorialização?) do passado disciplinar uspiano ligado à historiografia produzida na instituição, como por sua relevância para a história da historiografia brasileira.¹⁴

Tomando por base tal fonte textual, questionamos: como uma identidade uspiana foi aí concebida, vocalizada e escrita? De que modo essa identidade foi enunciada? Como explicar tal enunciação? Eis as questões estruturadoras deste artigo.

Do passado ao presente

Ao contrário do que apontou um estudioso da historiografia brasileira, “A escola uspiana de história” não foi originalmente produzido para um livro de balanço.¹⁵ Sua inserção na obra *Produção histórica no Brasil*, organizada por Maria Helena Rolim Capelato, deu-se posteriormente. O contexto de produção é outro, em que pese a proximidade temporal com o citado livro. Sua aparição deu-se em *Estudos Avançados*, periódico que surgiu em 1987, produto da reunião de esforços do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Trazendo, desde o início, a marca da USP, tal revista organizou em 1994, mais precisamente no seu volume 8, número 22, uma edição – com mais de 600 páginas – em comemoração aos 60 anos da universidade à qual se vincula. O objetivo do empreendimento consistia em “levantar e ordenar informações relativas aos estudos de Humanidades e Ciências Básicas a partir da fundação da Universidade em 1934”, procurando realizar tanto uma “crônica das origens” quanto um “balanço da situação atual”.¹⁶

Publicada no dia primeiro de dezembro, esse número abrigou nomes de importantes intelectuais da USP, como Miguel Reale, Marilena Chaui, Eduardo Portella, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Aziz Ab’Saber, Antonio Candido, José Arthur Giannotti, Bento Prado Junior, Carlos Guilherme Mota e tantos outros, o que indica o empenho dos idealizadores em congregar em uma edição celebrativa representantes da comunidade uspiana. O então reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, também se somou a essa iniciativa, o que reforça ainda mais o tom institucional do empreendimento.

Tal edição acolheu o artigo de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini na sessão “Humanidades”¹⁷, na qual se procurava traçar a origem histórica e o perfil intelectual dos vários departamentos que compõem a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH) da USP. Além dessas historiadoras, outros profissionais da área se fizeram presentes, como o mencionado Carlos Guilherme Mota e Maria Odila Leite da Silva Dias, Miriam Lifchitz Moreira Leite, José Jobson de Andrade de Arruda, José Sebastião Witter e Ulpiano Bezerra de Meneses. Essa presença massiva de historiadores e historiadoras indica contundentemente que a preocupação com o passado institucional foi a base da proposta editorial e forneceu o mote da publicação.

O trabalho das três historiadoras enveredou por uma memória sobre o passado que, nos idos de 1994, estava relativamente consolidada. Textos, livros, eventos, prédios e documentos formavam já uma verdadeira

¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lucia Amaral. A escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, 1994.

¹⁴ Segundo a plataforma Scielo, até o momento, tal texto possui quase 60 citações. Ele foi republicado em 1995, abrindo o livro de CAPELATO, Maria Helena Rolim (org.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994*: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História, 3 vols. São Paulo: USP/Anpuh, 1995.

¹⁵ Ver MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*, v. 10, n. 1 e 2, Brasília, 2002, p. 187.

¹⁶ BOSI, Alfredo. Editorial. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, 1994, p. 1 e 5.

¹⁷ Ao todo, apresentam-se 8 sessões: Nossa Universidade; Uma visão crítica; Depoimentos; Perfis de mestres; Humanidades; Exatas e Naturais; Ciências Básicas e Naturais nos Campi do interior e Apoio cultural.

¹⁸ Uma rápida visita ao prédio de História (e Geografia) da USP nos dias atuais revela a presença da memória francesa, estampada, por exemplo, no principal auditório do local, denominado Fernand Braudel. Quadros, fotos e nomes de sala, espalhados pelo prédio, evocam os professores estrangeiros oriundos da França. Aryana Lima Costa, em tese merecidamente premiada, discutiu tal memória, em franco diálogo com o ensino de história, articulando esta área com a história da historiografia brasileira. Ver COSTA, Aryana Lima. *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de história da USP*. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

¹⁹ O nosso programa. *Revista de História*, v. 1, n. 1, São Paulo, 1950, p. 1 e 2. Tal apresentação foi redigida por Eurípides Simões de Paula, professor e fundador da revista.

²⁰ Ver RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, n. 11, Ouro Preto-Rio de Janeiro, 2013.

²¹ Todas as produções foram publicadas na *Revista de História*. Ver CAMPOS, Pedro M. O estudo da história na FFCL da USP. *Revista de História*, v. 8, n. 18, São Paulo, 1954; CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de História*, v. 22, n. 45, São Paulo, 1961, e PAULA, Eurípides S. de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de História*, v. 43, n. 88, São Paulo, 1971. Para exemplos mais contemporâneos de atualização dessa memória uspiana, ver FREITAS, Sonia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993, e MOTA, Carlos Guilherme. Ecos da historiografia francesa no Brasil. In: *História e contra-história*. São Paulo: Globo, 2010.

²² CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX, *op. cit.*, p. 153.

rede memorial a respeito dos grandes nomes do DHIS da USP. De Fernand Braudel nos anos 1930 a Charles Olivier Carbonell na década de 1970, de Alice Canabrava a Emilia Viotti, passando por Eurípides Simões de Paula, Eduardo de Oliveira França e Sergio Buarque de Holanda, a história da historiografia na USP era evocada, constituindo-se como uma memória forte na época do sexagenário da universidade paulista.¹⁸ Para ficar empiricamente mais patente a existência dessa memória, basta dizer que em 1950, no texto-programa do primeiro número da *Revista de História*, periódico universitário vinculado ao DHIS da USP, o tempo pretérito era assim evocado: “Já em 1937, quando ainda lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o ilustre Prof. Fernand Paul Braudel – com quem tivemos a honra de trabalhar na qualidade de assistente –, pensávamos em fundar uma Revista destinada à divulgação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos. [...] Aparece assim a nossa Revista”.¹⁹

Ao longo do tempo, a evocação da chamada missão francesa, conjunto de professores que veio da França para auxiliar na criação dos cursos de Humanas da USP²⁰, marcou várias gerações de docentes e discentes brasileiros que passaram pelo DHIS da USP. As aulas ministradas por historiadores como Fernand Braudel, Jean Gajé, Émile Léonard, entre outros franceses que atuaram na fundação da universidade paulista, representam um *topos* recorrente na reencenação do passado do DHIS, realizado pelas mais diferentes produções. Os alunos desses mestres, muitos dos quais foram seus assistentes e se tornaram docentes na FFLCH, trataram de criar e, frequentemente, de atualizar essa memória, mantendo-a viva, como evidenciam os textos de Pedro Moacyr Campos e Eurípides Simões de Paula²¹, todos produzidos bem antes dos anos 1990. O primeiro historiador, no início da década de 1960, ressaltava que

*Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país: Émile Coornaert, Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gajé. Sob a orientação deste último as cadeiras de história, em São Paulo, principiaram a formar seus primeiros doutores; por mais defeituosas que fossem as teses apresentadas, em virtude de condições dominantes, não se pode negar representarem um grande progresso. Pela primeira vez no Brasil, trabalhava-se metodicamente, sob a orientação de um mestre europeu, e dava-se ao movimento de autocrítica, que fermentava na elite brasileira, uma nova direção.*²²

Dez anos depois Eurípides Simões de Paula reforçou o mesmo mito de origem, sedimentando ainda mais a memória dos pais fundadores do DHIS da USP:

Em 1934, tivemos a honra de sermos aluno de Émile Coornaert, eminente professor do Collège de France, especialista em História Econômica da Idade Média. De 1935 a 1937 e, ainda, em 1947, tivemos entre nós o Prof. Fernand Paul Braudel, aquele que, merecidamente, vem sendo identificado como o “papa” da historiografia francesa contemporânea [...].

Dando continuidade ao programa preestabelecido, e sempre com a colaboração do governo francês, lecionou de 1938 a 1945 o Prof. Jean Gagé, então da Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo e atualmente do Collège de France, não menos notável do que os seus antecessores [...].

Finalmente, esteve regendo cursos na nossa Faculdade o Prof. Émile-Guillaume Léonard [...].

Assim, sem desmerecer os mestres nacionais, queremos ressaltar mais uma vez quanto devemos aos nossos professores franceses, e o grande papel que representaram na formação cultural da nossa geração.²³

A tônica dos argumentos de Pedro Moacyr Campos e Eurípides Simões de Paula não é outra senão a da contribuição estrangeira, modelo de argumentação corriqueiro em relatos de origem. Ambos os textos procuram salientar a maneira como a historiografia paulista da USP se desenvolveu e gerou tantos frutos proveitosos para os estudos históricos no Brasil. Uma excepcionalidade parece atuar aqui como pressuposto de análise.

Dessa forma, “A escola uspiana de história” debruça-se sobre um terreno marcado por traços, pontos e retalhos firmemente assentados por uma memória anterior. O trabalho das autoras consistiu mais em uma afirmação e atualização dessa memória do que de uma fabricação nova. O “trabalho de memória” empreendido, ou seja, o esforço de memorização em busca dos primórdios do que se designou “escola uspiana de história” implicou uma continuidade em relação a uma memória anterior, e não em uma ruptura com esta. Para ser mais preciso, pode-se afirmar que o “trabalho de memória” das referidas autoras equivale a uma espécie de gestão do passado, reiterando uma dada recordação dos tempos idos do DHIS da USP. Nesse sentido, para usar mais uma expressão de Paul Ricoeur, o trabalho efetuado é digno de verdadeiros “atletas da memória”²⁴, os quais continuam uma operação de enquadramento do passado, mantendo determinada visão e sensibilidade sobre essa temporalidade.

Profundamente ligada a essa lembrança das origens da FFLCH da USP, em que lugares (a universidade e a Faculdade de Filosofia), personagens (os professores) e acontecimentos (as aulas) já dados confirmam a tríade constitutiva da memória de que fala Michel Pollack²⁵, uma identidade uspiana é reivindicada. Não à toa, ela é alojada, originalmente, no universo dos primórdios: “o início da escola uspiana de história deve ser compreendido na complexa conjuntura nacional dos anos trinta que, de um lado, levou à criação da Faculdade de Filosofia e, de outro, propôs repensar o país, através da reflexão sobre o passado”.²⁶ Assim como toda memória tem seu ponto inicial, seu marco de origem, a identidade também necessita ancorar-se em começos, momentos e monumentos de criação e fundação. É assim que o “DNA historiográfico uspiano” é colocado já na origem da própria Universidade de São Paulo, na ocasião em que esta é fundada.

Adensando essa origem da identidade uspiana, “A escola uspiana de história” trabalha com a ideia de formadores, entendendo-a como “os primeiros historiadores uspianos, alunos e professores das primeiras turmas da Faculdade e que representaram a conjunção das preocupações intelectuais correntes no Brasil na época com a orientação dos mestres da missão francesa”.²⁷ Aqui, o vínculo com a memória das origens da USP ressurgiu novamente, na medida em que destaca o ponto primevo dos intelectuais europeus que fundaram a universidade. De fato, na verbalização de uma identidade uspiana, a presença francesa aparece como elemento distintivo, marcador intelectual da diferença e, portanto, da singularidade. Afinal, os formadores, antes de formarem, precisam ser formados, de maneira que a missão francesa comparece justamente como os historiadores internacionais que formaram os seus pares nacionais da USP.

²³ PAULA, Eurípides Simões de. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira, *op. cit.*, p. 429-431.

²⁴ A respeito das noções de “trabalho de memória” e “atletas de memória”, ver RICOEUR, Paul. A memória exercitada: usos e abuso. In: *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 77.

²⁵ Ver POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 201.

²⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lucia Amaral. A escola uspiana de história, *op. cit.*, p. 349.

²⁷ *Idem.*

²⁸ Para o caso carioca, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco C. e BÔAS, Gláucia V (orgs.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999. Para o gaúcho, ver RODRIGUES, Mara Cristina de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da Historiografia*, n. 11, Ouro Preto-Rio de Janeiro, abr. 2013.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lucia Amaral, *op. cit.*, p. 351.

³⁰ *Idem.*

³¹ BOSI, Alfredo, *op. cit.*, p. 2.

O que não é dito em tal texto, da mesma forma como também é pouco explicitado na memória uspiana das origens, é que “missões francesas” aportaram em outras universidades do país para a fundação de seus cursos de Ciências Humanas. Nas décadas de 1930 e 1940, o Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu mestres estrangeiros para a criação dos cursos de História e Geografia na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, enquanto Porto Alegre acolheu igualmente intelectuais na estruturação da Universidade de Porto Alegre.²⁸ Tal silêncio é não só compreensivo – porque a explicitação desse fato arranharia a pleiteada singularidade da identidade uspiana –, como inevitável, pois toda e qualquer memória possui suas lacunas e ocultamentos, sejam esses esquecimentos deliberados ou inconscientes.

Segundo Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini, assim se deu o nascimento da atividade uspiana de pesquisa histórica: “A ação dos franceses floresceu num ambiente intelectual propício. [...] Os professores vindos da França, para o primeiro semestre do curso, permaneceram pouco tempo, sendo substituídos por outros, também franceses, em início de carreira, que ficaram, no mínimo, dois anos. Alguns estabeleceram relações mais estreitas com o país, prolongando sua permanência. Formaram discípulos, com os quais dividiram a docência”.²⁹

Apesar do breve tempo de estadia, a missão francesa cumpriu seu objetivo, frutificou, gerando discípulos, verdadeiros continuadores da obra original. Na sequência do texto, confirmando um modelo de história da historiografia linear e teleológico, essencial para a construção de identidades, as três historiadoras frisam a contribuição dos fundadores, “a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, iniciando uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos *Annales*, vanguarda na época”.³⁰

Essa caracterização da missão francesa como *célula mater* de todo um perfil intelectual posterior reaparece no editorial escrito por Alfredo Bosi para celebrar os 60 anos da USP. A linha de conexão entre este texto e “A escola uspiana de história” é incontornável: “Nunca é demais lembrar que o incremento à pesquisa básica foi a grande contribuição trazida pelos professores estrangeiros contratados pela USP desde o ano de sua criação. Muitos deles fizeram escola e deixaram discípulos que, por sua vez, formaram novas gerações de estudiosos, alguns dos quais ainda ativos na instituição”.³¹

Nessa relação, identifica-se a presença do *topos* de uma memória forte, a saber, o papel estruturante, sempre afirmado e evocado, da missão francesa na formação da USP, em especial na FFLCH. Conforme já assinalado, tal memória, pelo menos desde a segunda metade do século XX, é uma presença marcante nas diversas práticas simbólicas dos intelectuais da instituição, convertida em fundamento de uma reivindicação identitária.

Na esteira das reflexões de Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento* – para quem a memória constitui no Ocidente a matriz cognitiva da historiografia –, sabe-se que a formulação identitária de uma atividade intelectual imaginada como tipicamente uspiana é tributária de uma visada memorialística. Daí os nexos de continuidade entre passado e presente, a linearidade temporal, o tom afetivo, o senso de pertencimento e de unidade que emergem dessa construção. Quando se aborda o passado uspiano, em particular a época da fundação da universidade e da missão francesa, a tendência é menos de ruptura e negação do que de aproximação,

o que gera a ideia de herança e herdeiros. Como na memória, o presente coloca-se sob o passado, recebendo deste seus lampejos luminosos de lembranças e sentidos progressos.

Tanto Alfredo Bosi quanto as autoras de “A escola uspiãna de história” urdiram seus textos se situando como tributários de uma herança intelectual. Como pontua Jacques Derrida, ao pensar a relação entre mestre e discípulo, “a herança nunca é um dado, mas uma tarefa”.³² O herdeiro precisa assumir sua herança. E os autores nacionais aqui citados assumiram sua herança, de modo que o epíteto historiador (ou intelectual) uspiãno, por eles mesmos usado, serve também para defini-los. A edição comemorativa de *Estudos Avançados* é, portanto, um grande canto jubilatório dos herdeiros em relação aos seus mestres e pais fundadores, um ritual narrativo que não só celebra as origens como anuncia a marca de um “nós”.

Tal análise ganha ainda mais consistência quando se atenta para o fato de que Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini tiveram suas trajetórias profissionais de formação como historiadoras dentro da USP, onde cursaram graduação e pós-graduação, sob a orientação de professores profundamente ligados à universidade paulista.³³ E mais: no momento de produção do artigo, elas ocupavam postos de direção no DHIS da USP: Vera Lucia Amaral Ferlini era coordenadora do PPG em História Econômica, e Raquel Glezer e Maria Helena Rolim Capelato eram, respectivamente, chefe e vice-chefe de departamento. Tais informações, por sinal, foram inseridas ao final do artigo examinado, como que a ofertar suas credenciais profissionais e, por essa via, reafirmar suas identidades como historiadoras uspiãnas, logo, da “casa”.

Se a disponibilização das informações autorais é padrão dessa edição da revista, o diferencial do texto da tríade de historiadoras reside em ser ele o único, na sessão “Humanidades” – a qual contou com 36 artigos –, escrito por seis mãos, mãos que ocupavam na época postos de poder administrativo. Por isso mesmo, a voz das historiadoras parecem expressar, do alto de sua autoridade, o pensamento do DHIS da USP. Essa proximidade com o poder, embora no nível micro, faz dessa peça assinada por elas não tanto um documento como um monumento, erguido no altar dos pais fundadores, a quem se presta tributo.

A comemoração, como acentua Fernando Catroga, tende sempre a ser um gesto coletivo, um lembrar e celebrar juntos, para si, por si e para os outros, ocasião privilegiada para se afirmar uma identidade grupal e criar processos de subjetivação da forma de identificação afirmada.³⁴ Vem daí que faz total sentido a vocalização de uma pretensa identidade uspiãna em tal contexto festivo no qual a memória dá o tom. O mesmo se diga a propósito da tríplice autoria do texto, que reforça o caráter comemorativo da produção. Seis mãos juntas para reconstituir e enaltecer o passado do qual pretendem fazer parte, disso deriva o interesse em contar sua história. Memória e comemoração, umbilicalmente entrelaçadas, teceram os fios do passado, costurando uma história tanto da FFLCH como do DHIS da USP.

Por consequência, a noção de “escola” não desponta gratuitamente no artigo. A despeito de aludir timidamente a outros aspectos da conjuntura dos anos 1930 que influíram no DNA historiográfico uspiãno, o texto enfoca principalmente o DHIS da USP, como se este fosse uma comunidade em que diferentes gerações, concordes, sucedem-se através do tempo, guardando um mesmo *esprit de corp*. Por tal razão se fala em escola, tradição e, acima de tudo, identidade. Por mais que o DHIS da



³² DERRIDA, Jacques. *Espéctros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 95.

³³ O currículo das três historiadoras está disponível *on-line* na plataforma Lattes.

³⁴ Ver TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (orgs.). *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. Coimbra: Temas & Debates, 1998, v. 2.

³⁵ MALERBA, Jurandir, *op. cit.*, p. 189.

³⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lucia Amaral, *op. cit.*, p. 356.

³⁷ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.), *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 110.

USP revele desde sua criação uma importante diversidade, como destacou Jurandir Malerba³⁵, no interior da lógica memorialística das autoras o (e) vocativo “escola” faz bastante sentido na medida em que nela sobressai o “nós” pensado singularmente.

Essa unidade é retomada quando as autoras periodizam a história evocada a partir da noção de “geração”, lembrando significativamente o modelo explicativo usual da historicidade da *École des Annales*. Tal qual esta, a “escola uspiana de história” teria suas primeira e segunda gerações, as quais se sucederam aos formadores. Nessa ótica elas, em que pese o surgimento de algumas novas tendências de pesquisa, não rompem com a obra dos formadores, mantendo-se fieis à sua origem disciplinar e institucional. Os termos “escola” e “geração” indicam, pois, uma retórica baseada muito mais na identidade do que na diferença. O “eu”, ao pluralizar um “nós”, comanda o discurso, assentado sobre uma lógica identitária una e homogênea.

A expressão que abre o título do artigo reitera a noção de identidade como mesmidade, como grupo coeso e coerente, como um ser uno, cristalizado, quase que essencializado. Ainda que as das historiadoras façam ressalvas quanto a uma certa diversidade da “escola uspiana de história”, o que se configura mais fortemente é um perfil homogêneo:

*A análise da produção do Departamento de História, nesses sessenta anos [...] revela a existência de uma escola de historiadores uspianos, com alto grau de inbreeding. Essa endogenia, contudo, não deve ser considerada fator negativo, pois permitiu a consolidação de uma tradição de pesquisa histórica diferenciada. [...] Nesses sessenta anos, a partir da Faculdade de Filosofia, consolidou-se a formação de historiadores, com características comuns, que os diferenciam de outros existentes: a escola uspiana de estudos históricos, que formou seus próprios quadros e quadros para tantas outras escolas, no país. Seu estilo profissional de trabalho a diferencia dos autodidatas, dos Institutos Históricos e das Academias e dos historiadores geopolíticos do Itamaraty.*³⁶

Combatendo o esquecimento, tal perfil, embasado mais nas semelhanças do que nas diferenças, vai ao encontro das palavras de Stuart Hall sobre um dos efeitos da construção de identidades sociais: “a unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional, não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento”.³⁷ Se há fechamento, logo há fronteiras, exterioridades que incluem a identidade uspiana, definindo-a.

Nesse caso, após arrolar os traços definidores do ser uspiano, realiza-se, em ato final, outro gesto comum à produção de identidades: a criação de alteridades. Se a identidade é inseparável de uma construção de si e para si, ela implica uma oposição a um “outro”, num jogo de alteridade essencial para a definição, pois esta também se faz pela diferença. Desse modo, autodidatas, isto é, historiadores não formados na e pela universidade (e que, no limite, não sofreram a influência do DHIS da USP, centro que, como é dito no artigo, formou os demais cursos superiores de História do país), representariam o contrário da identidade uspiana, seu anti-DNA, seu oposto, sua diferença. Com isso, o ser uspiano, a atividade historiográfica uspiana, é definido positiva e negativamente. Finda a elaboração simbólica da identidade, amparada e alimentada pela memória, calcada na evocação de um passado disciplinar.

Enfim, a exemplo de Everaldo Andrade, Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto, as historiadoras Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini lançaram mão de uma metáfora naturalizante, proveniente do universo biológico – *inbreeding*³⁸ – para verbalizar um *ethos* uspiano. Não se está aqui distante da expressão “DNA uspiano”. Antes, pelo contrário, é a mesma estratégia discursiva de enunciação de uma identidade que se pretende fixa e firme, tal qual uma árvore cuja raiz está fincada profundamente no solo. Esse uso do passado como solo firme e estável lembra bem as advertências de Paul Ricoeur: toda identidade requerida, diante do tempo, é sempre frágil e vulnerável às ameaças, sendo fundamental o trabalho de ancoragem na memória, na história, na tradição, na razão etc.³⁹ É justamente esse exercício de fixação e solidificação que os historiadores e historiadoras do DHIS da USP realizaram, em nome de uma identidade historiográfica. Assim, tanto o texto de 2017 quanto o de 1994 foram produzidos com base em um regime de representação historiográfica semelhante, no qual o passado é, fundamentalmente, fonte de autoridade e de orientação para o presente e para o futuro.

Além do mais, quando se pensa a identidade como traços únicos e cristalizados, inegociáveis e inquestionáveis, o desejo por reconhecimento é fortíssimo, conforme aponta Nancy Franser.⁴⁰ No fundo, o caso do PPG em História Econômica, referido no início deste artigo, insere-se nas batalhas de reconhecimento, daí se evocar o passado como que para lembrar ao presente o que foi o DHIS da USP e, conseqüentemente, enquadrar uma memória desse espaço. Ambos os textos – o das três historiadoras e o de Everaldo Andrade, Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto – alimentam o desejo de promover o encontro do presente com o passado cultuado. Neles parece haver o medo de que o hoje se esqueça do ontem, e o amanhã corra sem a lembrança dos tempos idos. Desencadeia-se, portanto, por intermédio dos historiadores e historiadoras em foco, um combate no e pelo tempo.

História e memória

As páginas do artigo aqui analisado foram escritas sob o efeito daquilo que Krzysztof Pomian denominou, para distinguir história e ficção, de “marcas de historicidade”, isto é, operações cognitivas que permitem a plausibilidade e a verificação do conhecimento produzido e que se reportam a uma realidade/referente extratextual.⁴¹ Tais elementos (nota de rodapé, diálogo bibliográfico, mapas e documentos que atestam fatos reais) estão na base da própria ideia de texto historiográfico. Dessa maneira, pode-se assinalar que Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini escreveram historiografia, como atestam as 16 notas de rodapé do artigo, as referências a fatos pretéritos documentados e o diálogo com os pares, historiadores e demais cientistas sociais mencionados.

É com esses artefatos, com essas marcas de historicidade, que o passado da “escola uspiana de história” é reconstruído. Move o texto das historiadoras, inegavelmente, uma pretensão científica, o que, entre outros fatores, garantiu sua publicação em uma revista que se pretende “crítica, avançada, acadêmica e interdisciplinar”.⁴² Frise-se, aliás, que a edição comemorativa na qual ele foi inserido não renegou a dimensão acadêmica do periódico. Celebração e escrutínio científico do passado uspiano foram

³⁸ Segundo o *Cambridge Dictionary*, *inbreeding* relaciona-se “a situation in which plants, animals, or people are produced by breeding between closely related plants, animals, or people”. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/inbreeding>>. Acesso em 25 jul. 2018.

³⁹ Ver RICOEUR, Paul, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁰ Ver FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, n. 70, São Paulo, 2007.

⁴¹ Ver POMIAN, Krzysztof. História e ficção. *Projeto História*, n. 26, São Paulo, 2003, p. 20 e 21.

⁴² Sobre a missão da revista, ver o editorial do número 1 em *Estudos Avançados*, v. 1, n. 1, São Paulo, 1987.

⁴³ CANDAU, Joel, *op. cit.*, p. 132 e 133.

⁴⁴ Sobre a relação entre historiografia oitocentista e identidade nacional, ver DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, esp. capítulo 5.

⁴⁵ Ver NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, p. 69.

⁴⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, v. 6, Pelotas, 2000, p. 22.

os dois vetores que guiaram a investigação dos editores responsáveis pelo ritual narrativo do festejo do sexagenário da USP.

Porém, toda essa dimensão histórico-científica está intimamente articulada com a memória, como se destacou nos tópicos anteriores. Como entender tal articulação entre história e memória? De que maneira se pode explicar o fato de que “A escola uspiana de história”, mesmo escrito por historiadoras profissionais e contendo marcas de historicidade, enunciou uma identidade uspiana a partir de uma memória forte da USP? Seria admissível sustentar que houve, então, uma corrupção ou contaminação da história pela memória? Com “A escola uspiana de história”, a relação de absoluta oposição entre história e memória pode e deve ser repensada.

O artigo aqui examinado se presta bem para demonstrar que a relação entre história e memória não é sempre de plena oposição. Como todo processo ou fenômeno investigado pela historiografia, tal relação deve ser pensada em contextos específicos. Do contrário, corre-se o risco de assumir acriticamente um discurso historiográfico disciplinar, segundo o qual o conhecimento histórico é o exato oposto da evocação memorial. Por mais que existam diferenças entre essas duas formas de conhecer o passado, contatos entre ambas costumam acontecer, como assinala Joel Candau:

*Em certos aspectos, a história toma de empréstimo alguns traços da memória. Como Mnemosyne, Clio pode ser arbitrária, plural, falível, caprichosa, interpretativa dos fatos, que se esforça em trazer à luz e compreender. Como a memória, a história pode recompor o passado a partir de “pedaços escolhidos”, tornar-se um jogo, objeto de embates e servir de estratégias militantes e identitárias. [...] A história é igualmente simplificadora, seletiva e esquecida de fatos. [...] Como todo mundo, os historiadores são pegos pelo trabalho de construção social da memória. A história, portanto, pode ser parcial e responder a objetivos identitários.*⁴³

Eis o ponto fundamental: a história, tanto quanto a memória, pode servir a fins identitários. Ambas participam do jogo social da identidade, criando e alimentando-o, mesmo quando, no caso da historiografia, isso ocorra com pretensões científicas. História, identidade: duas palavras que, como atesta a historiografia oitocentista do mundo ocidental, empenhada em “espelhar e biografiar a nação”⁴⁴, costumam encontrar-se.

Nesse sentido, a história da historiografia, como campo que procura historicizar a própria disciplina, voltando “o ferrão sobre si mesmo” – para usar uma metáfora de Nietzsche⁴⁵ – é uma área privilegiada para a reflexão em torno das zonas de contato entre Clio e Mnemosine. Outra não foi a intenção de Manoel Luiz Salgado Guimarães ao elaborar a noção de “memória disciplinar” e destacar que “é preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita. Reconheço não ser este um esforço simples, uma vez que implica repensar os fortes traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina, e a tarefa de quebrar o espelho implica um doloroso repensar dos rumos de nosso ofício”.⁴⁶

A historiografia, como todo empreendimento social, necessita de identidade, isto é, de traços particularizantes, de símbolos, origens, acontecimentos e marcos, os quais são compostos e articulados de modo a formar “um ser”. Quem melhor do que os próprios historiadores e historiadoras da história para operar tais composições e articulações?



A história da historiografia não é sempre o local do discurso crítico, a instância desmistificadora das tradições e naturalizações realizadas por outros atores. Dependendo dos sujeitos envolvidos, das disputas em pauta e dos contextos institucionais, ela pode funcionar como a estratégia narrativa, legitimada pela disciplina e pela ciência, que erige e consagra determinados fundadores, escolas e bandeiras. E aqui a sedução da memória pode ser irresistível, criando a figura de “memoriadores”.⁴⁷ Ao dialogar com a categoria de “memória disciplinar”, Fernando Nicolazzi captou bem tal possibilidade: “Assim, a história da historiografia pode justamente atentar para as construções e reconstruções da memória disciplinar que sustenta no tempo o conhecimento histórico, inclusive percebendo como ela própria, na sua tarefa desmistificadora, acaba também por engendrar memórias disciplinares, algumas mais consistentes que outras, se afastando de algumas tradições e inventando ou reinventando outras”.⁴⁸

Desse modo, Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini, como um *bricoleur*, selecionaram e montaram peças amputadas do passado para erigir uma história da historiografia produzida na USP. Ao levarem adiante tal bricolagem, fizeram mais do que contar uma história: vocalizaram uma identidade própria. História, memória e identidade – num jogo sinuoso e sincrético de saber e poder em que cada um dos termos se retroalimenta – são os elementos essenciais para se compreender a produção historiográfica em questão. “A escola uspiana de história” anuncia, desde o seu título, uma identidade já dada, *a priori*, como se o seu trabalho fosse apenas o de historicizá-la, como quem conta histórias sobre pessoas e acontecimentos acerca de cuja existência, no passado e no presente, ninguém duvida.

Escrito em um momento no qual a historiografia brasileira colhia os frutos da acentuada expansão verificada nos anos 1970-1980, em razão da implementação do atual sistema de pós-graduação e da ampliação de matrículas no ensino superior⁴⁹, o artigo das três historiadoras não deixa de ser uma afirmação, no interior do mercado historiográfico, do DHIS da USP frente a outros centros de produção de conhecimento histórico no Brasil. No início da década de 1990, o país contava com quinze PPGs em História, excetuada a USP. Desse total, quatro programas aglutinavam cursos de Mestrado e Doutorado, nos mesmos moldes do PPG em História da USP.⁵⁰ Até 1989, o PPG em História da USP, juntando o de História Social e o de História Econômica, produziu 131 dissertações de mestrado, enquanto os demais PPGs em História espalhados pelo Brasil, todos somados, alcançaram 534 trabalhos de mestrado, isto é, quatro vezes mais do que a produção uspiana.⁵¹

Tais informações ilustram uma situação nova em relação às décadas anteriores. A partir dos anos 1990, com a consolidação de vários PPGs em História, com cursos de Mestrado e Doutorado, o PPG em História da USP passou a lidar com a concorrência de outros centros de pesquisa. Na sociedade brasileira, o mercado historiográfico de fins do século passado ingressou numa fase de diversidade considerável que, nos anos posteriores – como comprova a atualidade – só iria aumentar progressivamente. O próprio estado de São Paulo, na cidade de Campinas, desde 1986, ofertava à comunidade acadêmica a possibilidade de Doutorado em História. Por sinal, segundo Edgar de Decca, um dos criadores daquele programa, o PPG em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) surgiu justamente para contrapor-se ao PPG em História:

⁴⁷ Ver HUYSEN, Andreas. *Culturas passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 13.

⁴⁸ NICOLAZZI, Fernando. História da historiografia e temporalidades: notas sobre tradição e inovação na história intelectual. *Almanack*, n. 7, Guarulhos, 2014, p. 32.

⁴⁹ Sobre a universidade brasileira nessas décadas e sua expansão, ver SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto científico. In: *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015. Sobre historiografia nesse contexto de expansão institucional, ver FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma análise*, v. 1. Ouro Preto: Editora da Ufop, 1992.

⁵⁰ Os PPGs eram da UFPE, UFRJ, UFF, Unicamp, PUC-SP, PUC-RS, Unesp-Assis, Unesp-Franca, UFPR, UFSC, UFRGS, Unisinos, UFG e UNB. UFF, Unicamp, UFPR e PUC-RS reuniam Mestrado e Doutorado. Informações retiradas de *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 1991.

⁵¹ Os números para esse cálculo constam de FICO, Carlos e POLITO, Ronald, *op.cit.*, p. 43.

⁵² DECCA, Edgar de *apud* MO-RAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 270.

⁵³ Para mais informações sobre a implementação do sistema de pós-graduação no Brasil, ver PEREZ, Rodrigo. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, n. 26, Ouro Preto-Rio de Janeiro, jan.-abr. 2018.

⁵⁴ Para uma discussão mais aprofundada da historiografia brasileira dos anos 1980 até o início do século XXI, ver SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil* (1980-2012). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2018.

⁵⁵ Ver MARCHI, Euclides, BONI, Maria Ignes de, SIQUEIRA, Marcia D. e NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/26, São Paulo, 1993.

⁵⁶ Ver RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Revista Anos 90*, n. 11, Porto Alegre, 1999.

*A gente [recém-formados em História da USP] tinha que formar um campo à margem da História da USP. A USP, na época, não comportava o nosso grupo, pois não tinha espaço político que comportasse o ingresso de uma proposta de reformulação. Na Unicamp era diferente: a pretensão desta universidade era muito grande e inovadora; nós podíamos tentar fazer tudo, podíamos fazer um Departamento de História, uma pós-graduação, orientar pesquisa do modo que a gente bem entendesse, e isso tudo na USP não dava, devido à hierarquia que por lá reinava. Nós queríamos muito mais do que a USP poderia oferecer.*⁵²

A região sul do país, exemplificando a relativa diversificação espacial da historiografia brasileira, também assistiu ao surgimento de dois cursos de Doutorado em História, um na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1982, e outro na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 1986.⁵³

Outro exemplo de nascente diversidade no campo historiográfico do final do século passado diz respeito à criação de revistas universitárias de história. Em 1981, surgiria a prestigiada *Revista Brasileira de História*, iniciativa da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh); em 1988, apareceria *Estudos Históricos*, articulada a instituições de ensino e pesquisa do Rio de Janeiro, e, por fim, em 1993 nasceria o periódico especializado em história *Anos 90*, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tais locais de produção e disseminação do conhecimento histórico no Brasil começariam a rivalizar com a *Revista de História*, tradicional órgão do DHIS da USP, descortinando novas possibilidades se à historiografia brasileira.

Com a ampliação dos PPGs em História e a criação dessas novas revistas, a década de 1990 oferecia aos historiadores e historiadoras brasileiros uma paisagem historiográfica distinta dos anos anteriores, em que diferentes projetos de modernização duelavam, formando uma espécie de arena historiográfica.⁵⁴ Além dos embates entre os historiadores da Unicamp e da USP, registre-se igualmente a atuação de alguns profissionais do DHIS da UFPR, os quais reclamavam para si papel importante na evolução da historiografia brasileira. Em 1993, tal posicionamento se materializou em artigo, publicado na *Revista Brasileira de História*, em que se salientava a contribuição do DHIS da UFPR, com destaque para a produção de uma história demográfica, tida como uma prática pioneira na historiografia nacional.⁵⁵ Assim, o passado da historiografia brasileira, o seu desenvolvimento e evolução, era pensado sem se prender, necessariamente, ao âmbito da USP, às vezes até independentemente desta instituição.

Frente a essa nova conjuntura na qual o PPG uspiano em História não exercia mais uma absoluta soberania e centralidade na produção do conhecimento histórico, emerge a enunciação de uma “escola uspiana de história”. A verbalização dessa identidade, apoiada em uma memória forte que atrai para si até mesmo protocolos disciplinares da história, tem a ver com esse presente do campo historiográfico brasileiro, diversificado tanto em polos geográficos de produção como em temas, objetos, teorias e métodos, a ponto de Margareth Rago – historiadora graduada na USP mas pós-graduada na Unicamp – afiançar que a década de 1990 viu nascer uma nova historiografia brasileira⁵⁶, alimentada em larga medida por trabalhos saídos dessa última instituição. Sob esse aspecto, a republicação do artigo “A escola uspiana de história” em um livro de 1995 acerca da historiografia

brasileira entre 1985-1994 faz total sentido: assinala mais um momento de afirmação do “DNA uspiano” de pesquisa histórica.

Conforme ressalta Pierre Bourdieu, o conceito de identidade é reivindicado sempre em um contexto de batalha simbólica, de luta pelo direito de enunciação de si, dos outros e da realidade, instituindo determinadas visões e valores.⁵⁷ O *front* de guerra é o nascedouro do reclame identitário, de modo que este só vem à baila no tumulto dos conflitos e adormece e emudece apenas no momento em que desaparecem os ruídos da peleja. Afinal, não foi em uma conjuntura bélica que a pretendida “atividade uspiana de pesquisa” e “A escola uspiana de história” encontraram sua condição de dizibilidade? Os historiadores e historiadoras da USP, ameaçados, ontem e hoje, procuraram se apegar e se firmar na crença de um *ethos* próprio e particular. Memória, história e identidade: termos que asseguram ilusões de permanência em meio ao tempo voraz, formas de recolher e tentar juntar os pedaços de um ser que se fragmenta e se dispersa na neblina da existência.

Artigo recebido em 2 junho de 2019. Aprovado em 30 agosto de 2019.

⁵⁷ Ver BOURDIEU, Pierre. Identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.